

Uma proposta para os credores.

Por um dos pais do cruzado.

Contas feitas na ponta do lápis, o Brasil não sairá lucrando, se deixar definitivamente de pagar os juros da dívida externa, a julgar pelos dois cenários montados pelo professor Francisco Lopes, um dos pais do Cruzado, para um acordo em torno da renegociação da dívida externa.

Numa visão que ele considera otimista, o governo apresentará um programa consistente de estabilização, tendo como ponto de partida o Plano Cruzado, para receber a aprovação do Fundo Monetário International (FMI) e do Banco Mundial (Bird). Seria estabelecido um esquema de monitoramento informal, mediante três avaliações, uma com a vinda de uma missão do Fundo ao Brasil e as outras duas com o envio de missões brasileiras a Washington.

A proposta do economista consta do último boletim da Macrométrica, uma empresa de consultoria que tem Lopes como o principal acionista. Depois de considerar a moratória "uma cartada de alto risco", Lopes diz que a análise do quadro conjuntural contempla dois cenários alternativos. O primeiro, otimista, considera uma suspensão temporária dos pagamentos dos juros e um acordo com os credores, em torno do refinanciamento multianual de todo o estoque da dívida. O segundo, pessimista, considera que a suspensão dos pagamentos se estenderá no tempo, iniciando-se um processo de moratória prolongada. A economia brasileira viverá, então, durante algum tempo, de forma autárquica, gerando sua própria poupança para financiar as importações.

Lopes sustenta que o cenário otimista é o que está nos planos do governo brasileiro e dos bancos credores, "mas não é nada claro que existam condições objetivas para viabilizar o necessário entendimento entre as partes". O lado brasileiro quer uma negociação multianual que preserve o crescimento sustentado da economia e não exija o monitoramento do FMI, enquanto os bancos credores acham que não seria problema liberar US\$ 4 bilhões a US\$ 5 bilhões de novos empréstimos, desde que houvesse um plano econômico e este merecesse a aprovação do Fundo.

Esse impasse, que Lopes considera aparentemente insolúvel, somente seria quebrado com uma transigência de parte a parte, envolvendo, do lado brasileiro, a apresentação de um plano ao FMI e ao Banco Mundial, mesmo sem o monitoramento clássico e, do lado dos bancos, uma negociação que garantisse a abertura de um espaço para o crescimento da economia.

Na alternativa pessimista descrita pelo professor Francisco Lopes, ou seja, a manutenção, por um largo período de tempo, da suspensão do pagamento dos juros aos bancos credores, estes não retaliariam ostensivamente, mas "à medida que tentativas sucessivas de negociação vão se frustrando, o País vai sendo lentamente asfixiado, com o corte das linhas de crédito comercial e a perda de acesso a dinheiro novo, mesmo em organismos internacionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento".

Acha Lopes que, deixando de pagar permanentemente os juros da dívida externa, o País teria uma redução de US\$ 6,0 bilhões anuais com dispêndios em moeda estrangeira. Contudo, se ocorresse uma perda de US\$ 16,0 bilhões das linhas de crédito de curto prazo e uma perda anual de US\$ 2 bilhões de exportações, "a operação toda não daria lucro antes de quatro anos. Como hipótese mais pessimista, pode até nem valer a pena".